

TENDÊNCIAS REGRESSIVAS NO MUNDO DO TRABALHO: Entrevista realizada pela Prof^a Dr^a Valéria Ferreira Santos de Almada Lima¹ com o Prof^o Dr^o Tadeu Gomes Teixeira²

1) Se você pudesse resumir, considerando os impactos profundos derivados das crises recentes que ampliaram a insegurança e precarização do trabalho, em que consistem as transformações que vem sofrendo o mundo do trabalho na atualidade?

O mercado de trabalho brasileiro tem passado por mudanças significativas, sendo a reforma trabalhista de 2017 e alterações legais posteriores as mais impactantes sob a perspectiva da regulação do trabalho. Mas não podemos esquecer também das crises econômicas profundas, como a iniciada em 2014 e que se arrasta desde então com baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e as mudanças que podem ser colocadas no bojo das ‘transformações digitais’.

Antes de tratar desses pontos, precisamos lembrar que o mercado de trabalho brasileiro é marcado pela precariedade: temos um mercado de trabalho informal gigantesco, baixos salários em praticamente todos os setores econômicos; sindicatos em crise e pouca capacidade de conversão de suas ações em ganhos para os trabalhadores; baixa capacidade da indústria nacional remanescente em criar condições de competitividade para disputar o mercado internacional; desigualdades inter-regionais e entre os trabalhadores, quando consideramos as dimensões de gênero e raça. Dessa forma, as crises impactam de forma distinta os trabalhadores brasileiros.

Todos esses elementos criam as condições para que as crises, processos de reestruturação de setores econômicos e ajustes fiscais com corte de recursos

¹ Valéria Ferreira Santos de Almada Lima é economista e doutora em Políticas Públicas pela UFMA. É pesquisadora do GAEPF onde Coordena o Projeto de Funcionamento de Observatório Social e do Trabalho: eixo do Trabalho. É pesquisadora, nível 2 do CNPq.

² Tadeu Gomes Teixeira é sociólogo e doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. É professor do Departamento de Contabilidade, Ciências Contábeis e Administração e do Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (Profnit) da UFMA. Coordena o Grupo de Pesquisa Data Science, Gestão e Políticas Públicas (gppdeo.org) e foi coordenador técnico do Observatório do Mercado de Trabalho no Maranhão.

em políticas sociais tenham um impacto pérfido na vida da população brasileira que vende sua força de trabalho.

A crise atual, que apresenta sinais de estagflação, está associada também a uma crise de governança: o governo Bolsonaro é incapaz de criar políticas que sejam capazes de fomentar o desenvolvimento produtivo, contrariando a expectativa do grupo econômico que o elegeu.

Além disso, os processos sociais que justificaram a pactuação do grupo hegemônico para a reforma trabalhista partiram de pressupostos ideológicos já datados, sem base factual e fortemente amparados na lógica do desmonte das instituições e regulações sociais, como se fazia na década de 1980.

Esse é um ponto. O outro aspecto que podemos considerar é o que podemos identificar no seio dos grupos econômicos dirigentes do Brasil: uma incapacidade, enquanto classe social, de propor políticas econômicas que não sejam predatórias ou dependentes do próprio estado para que se viabilizem enquanto grupos econômicos.

Nesse sentido, se temos de um lado um conjunto de empresários e atores sociais que articularam para acelerar a desregulamentação do trabalho em um cenário social e econômico já bastante fragilizado, por outro esses mesmos atores não conseguem criar condições para aumentar a competitividade das indústrias nacionais e se apropriam de subsídios estatais dos mais diversos tipos. E ainda com críticas aos trabalhadores e à população mais vulnerável beneficiária de políticas sociais, em uma perspectiva descolada do que acontece em outros contextos nacionais.

Esse erro está na base também da fragilidade de setores econômicos os mais diversos no Brasil. Isso fica evidente quando vemos, nessa quadra do processo de acumulação, o papel desempenhado pelas *commodities* em estados como o Maranhão e correlatos, produção que faz uso tecnológico intensivo e pouca absorção da força de trabalho local. Tecnologia e insumos que, majoritariamente, são importados pela nossa incapacidade nacional de competir para produzir e disputar o mercado de maior valor agregado.

Trata-se, assim, de uma crise - ou projeto fracassado de nação – de uma elite econômica dirigente incapaz de criar sequer estratégias de médio prazo.

E aí ainda temos o gargalo da crise para os trabalhadores. Nosso mercado de trabalho é marcado pela informalidade, baixos salários, escolaridade pífia em áreas estratégicas, desmonte das garantias sociais mínimas que formam o cenário perfeito para uma crise social como a que estamos imersos.

Claro que a crise de governança do governo Bolsonaro tem um papel fundamental nesse contexto. Observa-se uma gigantesca incapacidade desse governo em liderar a criação de alternativas para superação da crise econômica e pensar alternativas de médio prazo. Muito pelo contrário: as estratégias do governo federal são para destruir as frágeis políticas trabalhistas e sociais que asseguram condições mínimas para os trabalhadores e a população. São desmontes sucessivos de políticas sociais e setoriais e as estratégias apresentadas são predatórias, como se observa na Amazônia Brasileira. Destruir, depredar: esse é o projeto, e não o desenvolvimento econômico e social.

Enquanto isso, temos algo muito importante acontecendo no contexto internacional e apenas marginalmente no contexto brasileiro: a transformação digital e suas múltiplas formas de apropriação empresarial. Os riscos desse processo para os trabalhadores são reais, com impacto nas áreas com maior utilização de trabalho complexo, mas, principalmente, no típico trabalho das empresas brasileiras: nas tarefas rotineiras e repetitivas.

Estamos, assim, frente a um processo de mudança radical nos processos industriais com a ascensão das *smart factories*, na prestação de serviços por meio de plataformas digitais como a Uber, na intensificação do deslocamento da prestação de serviços entre países.

Essas transformações podem estar associadas a uma possível mudança no processo de acumulação e reprodução do capital com características que ainda não conseguimos dimensionar para o conjunto dos trabalhadores. No contexto brasileiro, onde os debates sobre o tema ainda não fazem parte da agenda governamental e menos ainda das políticas de amparo social e capacitação profissional, o cenário é desalentador.

Ao mapear o contexto internacional, identifica-se já um deslocamento acelerado de trabalhadores para o setor de tecnologia com incentivos governamentais e empresariais, bem como o fechamento de indústrias tradicionais substituídas por novas formas de produção que incorporam as tecnologias da indústria 4.0. A princípio, não se trata apenas de uma mudança no processo de organização do trabalho ou de reestruturação dos processos produtivos como temos acompanhado nos últimos trinta anos, mas de uma possível atualização do regime de acumulação flexível, turbinado pela economia digital.

Nesse contexto, as empresas brasileiras estão perdendo novamente o tempo que poderiam utilizar para formar trabalhadores, desenhar agendas de políticas públicas, estratégias de desenvolvimento para atuar nessas áreas em vez de focar na desregulamentação do trabalho.

As *smart factories*, o trabalho em plataformas digitais, a digitalização dos serviços e a utilização de inteligência artificial em áreas como medicina, agricultura, setor financeiro e outros, foram acelerados internacionalmente durante a pandemia. Temos então um enorme desafio para o mercado de trabalho brasileiro: pouco investimento empresarial nessas tecnologias e ao mesmo tempo a ausência na agenda pública do desenho de programas de formação de mão de obra nessa área estratégica.

Isso pode acentuar ainda mais a crise do mercado de trabalho brasileiro caso a baixa capacidade empresarial na área seja mantida, podendo ser acentuado o movimento de deslocamento dos parques produtivos automatizados e concentração das empresas de desenvolvimento de softwares nos países centrais do capitalismo. O risco no médio prazo é o Brasil se tornar um produtor preponderante de *commodities* e detentor de indústrias obsoletas e mesmo assim tendo que disputar com mercados com maior produtividade que estarão à frente em termos tecnológicos.

Portanto, devemos olhar para as múltiplas crises do mercado de trabalho brasileiro, a conjuntural, a crise de governança, o desmonte da regulação do trabalho e do pacto social e os efeitos da transformação digital para debater as estratégias de mitigação da crise e, para os otimistas, talvez um novo pacto social.

2) O IBGE aponta que 40,6% dos trabalhadores brasileiros e 59,3% dos maranhenses estavam na informalidade no ano passado. No mesmo período, a taxa de desalento alcançou 4,6% e 17,6%, em ambas abrangências, respectivamente. Qual o custo social que isso representa?

A informalidade e o desalento são parte da tragédia socioeconômica do Brasil e do Maranhão, sobretudo em contexto de crise socioeconômica e sanitária.

A informalidade no Brasil é parte estrutural das relações de trabalho e, portanto, integrante da dinâmica econômica. Diversas pesquisas evidenciam como esses setores da economia são complementares, não havendo uma dualidade entre o “formal” e o “informal”, como no caso de pequenos empresários que revendem mercadorias importadas legalmente para trabalhadores informais comercializarem como camelôs de tecnologia, ou seja, há uma continuidade entre o mercado formal e informal mesmo quando se trata da comercialização de eletrônicos com valor agregado e que representam importantes cadeias globais de valor.

Há uma imbricação desses setores, portanto, como o próprio trabalho em plataformas digitais ratifica: grandes empresas tecnológicas fazem uso do trabalho informal e colocam um verniz amortecedor das insatisfações por meio de discursos que identificam tais trabalhadores como empreendedores e, com isso, tentam se eximir de responsabilidades trabalhistas, cíveis e seguem no processo de convencimento subjetivo.

No contexto brasileiro, a informalidade é parte indissociável da precariedade das famílias. Além de ser um fator econômico, há um fator geracional também: menor arrecadação previdenciária e maior vulnerabilidade familiar. Do ponto de vista social, a informalidade significa a redução da proteção social, considerando que há um maior número de pessoas descobertas de proteções sociais básicas e de garantias trabalhistas mínimas, mesmo quando em bicos ou subempregos associados às cadeias globais de valor. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), inclusive, discute a informalidade na perspectiva da mitigação da vulnerabilidade social dos trabalhadores e como os governos poderiam atuar por

meio de políticas públicas de proteção social e de rompimento do ciclo de reprodução das desigualdades, destacando o papel do Trabalho Decente.

Do ponto de vista econômico, a informalidade revela a fragilidade da economia formal em absorver a força de trabalho em potencial, o que gera também um gargalo empresarial: pessoas menos adaptadas ao contexto organizacional, menor produtividade, redução do aprendizado das atividades organizacionais, ou seja, não é apenas um problema dos trabalhadores, mas também dos empresários e, claro, também deveria ser dos grupos políticos no poder.

As condições do mercado de trabalho, a fragilidade econômica e a incapacidade de incorporar inovações no processo produtivo pelas empresas brasileiras infelizmente indicam que a informalidade ainda permanecerá como um estoque de força de trabalho e de desprotegidos socialmente por um longo período. A saída para mitigação dessa situação passa por uma mudança na governança: crescimento econômico com inclusão social, melhoria das condições do mercado de trabalho, incentivo à criação de empresas com capacidade de atuação para minimizar a marginalidade social. Ou seja, não creio que haja uma saída imediata para isso.

A situação de desalento que vemos aumentar decorre das múltiplas crises que estamos vivendo: do trabalho, sanitária, de governança e econômica.

Os trabalhadores em situação de desalento vivenciam em suas rotinas a violência da morosidade econômica e atividades produtivas predatórias. O desalento tem impacto na conformação subjetiva dos sujeitos. Trata-se de um processo que corrói não apenas as atividades econômicas, mas a capacidade produtiva, pois os cidadãos são por vezes levados a uma situação psicossocial extremamente vulnerável com vários transtornos de saúde física e mental e da ordem da vida, o que reforça a sensação de barreiras para acesso pelos trabalhadores a empregos e ocupações.

Sobre o estado do Maranhão, que apresenta fragilidade econômica há décadas, vale destacar alguns pontos específicos: a expansão e modernização agropecuária na década de 1980 não tiveram a preocupação de criar mecanismos para superação da pobreza crônica no campo ou para a regularização do acesso à terra. Ao contrário, lógicas sociais como o “foro” são

ainda muito comuns. A baixa produtividade impera na produção camponesa, além do pouco incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar. Isso é importante porque o Maranhão ainda tem a maior parte de sua população em áreas rurais e as estratégias predatórias de desenvolvimento não darão conta de criar oportunidades de empregos formais ou de Trabalho Decente nas áreas urbanas.

A informalidade nos centros urbanos como São Luís, Imperatriz e cidades maiores decorre diretamente da ausência de estratégias produtivas para manutenção das populações camponesas com alternativas de renda. Os complexos da soja, do eucalipto e do carvão vegetal, bem como o Projeto Carajás, não foram capazes de criar alternativas para essas populações.

Nos anos 2000, o Maranhão teve uma melhoria significativa em indicadores sociais, mas manteve uma base econômica extremamente dependente das *commodities* de soja, minério de ferro e alumínio. O estado precisa desses empreendimentos, claro, mas o gargalo social precisa de outra estratégia de desenvolvimento, focada em políticas públicas capazes de atrair os jovens do campo e que aproveitem o potencial do estado no turismo comunitário e étnico, na biodiversidade, no aumento da produtividade das atividades pesqueiras. Além disso, deve-se investir na melhoria de vias de acesso – estradas, transporte - que possibilitem o fluxo seguro de pessoas e o escoamento da produção de pequenos produtores.

A agricultura, setor responsável pelo terceiro maior número de ocupados no estado, é capaz de amortecer a vulnerabilidade alimentar e as crises de emprego e ocupação no estado, portanto, incluindo a diminuição da informalidade e do desalento. No entanto, há uma nítida bifurcação no campo maranhense: um setor exportador dinâmico e outro ainda com enormes gargalos produtivos, evidenciando que há muito a fazer em termos de políticas produtivas.

Com a diminuição das transferências federais, redução do crédito ao consumo e ao financiamento imobiliário a partir de 2010, as atividades econômicas foram impactadas no estado e os reflexos começaram a aparecer junto com a crise iniciada em 2014, afetando diretamente o mercado de trabalho.

Na mesma linha, a Lava Jato impactou a construção civil no Brasil e, de forma indireta, solapou várias obras no Maranhão, afetando diretamente o mercado de trabalho local. Trata-se de um setor com rápida absorção de trabalhadores com baixa escolaridade e menor remuneração, mas com capacidade de amortecer rapidamente a vulnerabilidade de trabalhadores desocupados.

A informalidade, parte da dinâmica econômica no contexto nacional, é ainda mais acentuada no Maranhão. A informalidade é a tônica local, com um mercado de trabalho formal extremamente precário. A tendência apresentada nos dados sobre o trabalho por conta própria, por exemplo, foi interrompida na pandemia. Para piorar, as demissões em empregos privados com carteira assinada tiveram um aumento.

O Governo Dino tentou dar um “choque de capitalismo” no estado, como afirmou quando ganhou as eleições, criando o Conselho Empresarial do Maranhão, programas como “Mais Empresas”, “Mais Produção”, dentre outros, com foco em cadeias produtivas específicas.

O “Mais Produção” foi uma tentativa do governo Flávio Dino de fortalecimento de cadeias produtivas. Contudo, a economia maranhense ainda é bastante dependente das *commodities* e do setor primário de maneira geral, impossibilitando a superação das mazelas sociais gigantescas que o estado apresenta.

Os resultados das políticas públicas recentes, mesmo antes da crise da pandemia, ainda são tímidos: o número de empregadores no estado continuou pequeno: de quase 80 mil em 2017, maior valor já registrado, despencou para cerca de 50 mil no final de 2020. Os empregos formais privados em setores mais estáveis, como indústria, também despencaram e não foi devido à pandemia: isso vem sendo observado desde 2016. O problema é mais complexo e indica que a competitividade das indústrias locais é baixa, como ocorre com as siderúrgicas de Açailândia, que tem um mercado comprador extremamente restrito e qualquer crise internacional pode comprometer a produção e o mercado local de trabalho.

O comércio, setor que mais emprega no Maranhão, é muito sensível às flutuações de mercado e ao estoque de renda local. A Administração Pública,

que vem em segundo lugar como maior empregador, tem capacidade limitada de contratação, ou seja, o problema estrutural do mercado de trabalho local continua, apesar de melhorias claras em termos de volume, qualificação da força de trabalho e renda disponíveis.

Nesse cenário, a crise sanitária impactou enormemente a implementação de políticas públicas e a atividade econômica, acirrando o quadro local de crise do mercado de trabalho que já apresentava altas taxas de desocupação mesmo antes da pandemia.

Com o aumento do desemprego, da informalidade e do desalento durante a pandemia, a massa salarial teve acentuada queda, bem como o salário dos que continuaram ocupados. Para se ter uma ideia da crise, 33% da população maranhense recebeu o Auxílio Emergencial, terceira maior participação dentre os estados, atrás apenas de Piauí e Bahia.

Portanto, as características do estado apontam para uma necessária articulação entre governos, trabalhadores e empresários para desenhar estratégias de desenvolvimento socioeconômico capazes de, ao mesmo tempo, assegurar o processo de produção e reprodução do capital e minimizar as condições de vulnerabilidade social extremas.

Em termos de políticas públicas, não se observa no estado o fortalecimento da agricultura familiar em uma direção capaz de viabilizar a manutenção das famílias de camponeses, quilombolas e povos tradicionais em atividades rentáveis e produtivas no campo, onde ainda há o predomínio de enormes mazelas sociais e muitas oportunidades produtivas e nos mais diversos formatos empresariais e sociais que essas populações podem atuar.

Alinhar políticas de fomento às atividades produtivas no campo a políticas de capacitação de jovens para a criação de renda é uma alternativa ao enorme estoque de trabalhadores informais e em desalento no estado.

3) Quando foi aprovada a reforma trabalhista, há pouco mais de quatro anos, a promessa até então era de “milhões de empregos” e de

desburocratização nas relações patrão-empregado. Na prática, qual foi o resultado da reforma trabalhista?

A reforma trabalhista foi incapaz de entregar os milhões de empregos prometidos por um motivo básico: era parte das estratégias discursivas de desregulamentação do trabalho e sem nenhum amparo factual. Não houve em nenhum momento discussões de políticas baseadas em evidências para a construção da reforma trabalhista. Foi apenas uma estratégia de convencimento dos grupos hegemônicos articulados. A saída apontada para a crise pelos defensores da reforma não passou por uma discussão da baixa produtividade das empresas nacionais, baixa competitividade internacional, obsolescência de amplos setores produtivos e tecnologias defasadas e, claro, de estratégias de desenvolvimento.

A regulação do trabalho é parte fundamental dos arranjos de classe, pois são estabelecidos os marcos em que as negociações devem ocorrer. E isso para a fatia dos trabalhadores com condições de acessar o mercado de trabalho formal, balizando como empregadores e empregados vão definir suas estratégias de gestão do trabalho e de negociação laboral, respectivamente.

A reforma de 2017, implantada com argumentos de “modernização” trabalhista e aumento da competitividade estava fundada na lógica do desmonte dos resquícios de Bem-Estar social, como ocorreu na Europa nas décadas de 1980 e 1990. Na ausência de uma saída para a crise do emprego em razão das políticas de ajuste fiscal, o foco argumentativo das coalizões que detinham o poder, incluindo *think tanks*, para sanar o problema era a flexibilização da legislação trabalhista. Ou seja, era uma pauta já antiga.

O que observamos como resultado imediato da reforma: a incapacidade de aumentar a competitividade empresarial, afinal não é a legislação trabalhista que fará isso; baixa capacidade de geração de empregos, afinal é o crescimento econômico que fará isso; aumento das formas atípicas de trabalho, com a possibilidade de demissão de um trabalhador formal e contratação de outros ou do mesmo em contratos atípicos; precarização das formas de remuneração como uma possibilidade legal por meio remunerações variáveis.

Isso cria as condições para que o tema seja retomado e propostas de alteração da reforma sejam pautadas por atores políticos e movimentos sociais. Ao ser resgatado, como a pré-campanha eleitoral de 2022 já aponta, o tema pode ensejar a construção de

projetos para a revogação de pontos da reforma de 2017 ou mesmo um possível reconhecimento que a ampla desregulação do mercado não repercutiu o efeito projetado de criação de empregos e estabeleceu ampla desproteção dos trabalhadores em geral, sobretudo das categorias mais frágeis.

Dessa forma, debater o marco das relações trabalhistas no Brasil é também debater as estratégias nacionais de desenvolvimento: quais as estratégias serão adotadas em um contexto de aceleração da adoção das novas tecnologias digitais? Como os setores tecnológicos mais avançados podem ocupar um lugar privilegiado na geração e manutenção dos níveis de emprego e renda? Como evitar a expatriação dos trabalhadores digitais que são recrutados internacionalmente, já que muitos empresários nacionais priorizam o discurso da flexibilização e precarização em detrimento de boas políticas de remuneração e de trabalho e proteção dos seus funcionários? Os empregos atípicos e a remuneração variável tiveram quais repercussões para os trabalhadores? São esses temas que precisamos voltar a discutir ao tratar da regulação do trabalho frente à reforma de 2017.